
Capítulo II

Trabalho e precarização numa ordem neoliberal

◀ Ricardo Antunes*

I

A sociedade contemporânea, particularmente nas últimas duas décadas, presenciou fortes transformações. O neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível, dotadas de forte caráter destrutivo, têm acarretado, entre tantos aspectos nefastos, um monumental desemprego, uma enorme precarização do trabalho e uma degradação crescente, na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias, que destrói o meio ambiente em escala globalizada.

Curiosamente, entretanto, tem sido frequentes as representações destas formas de (des)sociabilização, que se expressam como se a humanidade tivesse atingido seu ponto alto, o seu *télos*. Muitas são as formas de fetichização: desde o culto da *sociedade democrática*, que teria finalmente realizado a *utopia do preenchimento*, até a crença na desmercantilização da vida societal, no fim das ideologias. Ou ainda aqueles que visualizam uma sociedade comunicacional, capaz de possibilitar uma interação subjetiva, para não falar daqueles que visualizam o fim do trabalho como a realização concreta do *reino da liberdade*, nos marcos da sociedade atual, desde que um pouco mais regulamentada e regida por relações mais contratualistas.

* Professor Livre Docente de Sociologia do Trabalho no IFCH-Unicamp e autor, entre outros, dos livros: *Os Sentidos do Trabalho* (Boitempo, 1999); *Adeus ao Trabalho?* (Cortez, 1995). Coordenador da Coleção *Mundo do Trabalho* (Ed. Boitempo).

Ao contrário destas formulações, pode-se constatar que a sociedade contemporânea presencia um cenário crítico, que atinge também os países capitalistas centrais. Paralelamente à globalização produtiva, a lógica do sistema produtor de mercadorias vem convertendo a concorrência e a busca da produtividade num processo *destrutivo* que tem gerado uma imensa *sociedade dos excluídos e dos precarizados*, que hoje atinge também os países do Norte. Até o Japão e o seu modelo toyotista, que introduziu o “emprego vitalício” para cerca de 25% de sua classe trabalhadora, hoje já ameaça extinguí-lo, para adequar-se à competitividade que reemerge do ocidente “toyotizado”.

Depois de desestruturar o Terceiro Mundo e eliminar os países *pós-capitalistas* do Leste Europeu, a crise atingiu também o centro do sistema produtor de mercadorias (Kurz, 1992). E quanto mais se avança na competitividade inter-capitalista, quanto mais se desenvolve a tecnologia concorrencial, maior é a desmontagem de inúmeros parques industriais que não conseguem acompanhar sua velocidade intensa. Da Rússia à Argentina, da Inglaterra ao México, da Itália à Portugal, passando pelo Brasil, os exemplos são crescentes e acarretam repercussões profundas no enorme contingente de força humana de trabalho presente nestes países. O que dizer de uma forma de sociabilidade que desemprega ou precariza mais de 1 bilhão e 200 milhões de pessoas, *algo em torno de um terço da força humana mundial que trabalha*, conforme dados recentes da OIT?

Essa lógica destrutiva permitiu que Robert Kurz afirmasse, não sem razão, que regiões inteiras estão, pouco a pouco, sendo eliminadas do cenário industrial, derrotadas pela desigual concorrência mundial. A experiência dos países asiáticos como a Coreia, Hong Kong, Taiwan, Cingapura, entre outros, inicialmente bem sucedidos na expansão industrial recente, são, em sua maioria, exemplos de países pequenos, carentes de mercado interno e totalmente dependentes do Ocidente para se desenvolverem (Kurz, 1992). Não podem, portanto, se constituir em modelos alternativos a serem seguidos ou transplantados para países continentais, como Índia, Rússia, Brasil, México, entre outros. Suas recentes crises financeiras são exemplo da sua fragilidade estrutural. E é bom reiterar que estes “novos paraísos” da industrialização utilizam-se intensamente das formas nefastas de precarização da classe trabalhadora. Só à título de exemplo: na Indonésia, mulheres trabalhadoras da multinacional *Nike* ganham 38 dolares por mês, por longa jornada de trabalho. Em Bangladesh, as empresas *Wal-Mart*, *K-Mart* e *Sears* utilizam-se do trabalho feminino, na confecção de roupas, com jornadas de trabalho de cerca de 60 horas por semana com salários menores que 30 dolares por mês¹.

Portanto, entre tantas destruições de forças produtivas, da natureza e do meio ambiente, há também, em escala mundial, uma ação destrutiva contra a força humana de trabalho, que encontra-se hoje na condição de *precarizada* ou

excluída Em verdade, estamos presenciando a acentuação daquela tendência que István Mészáros sintetizou corretamente, ao afirmar que o capital, desprovido de orientação humanamente significativa, assume, em seu *sistema metabólico de controle social*, uma lógica que é essencialmente destrutiva, onde o *valor de uso* das coisas é totalmente subordinado ao seu *valor de troca* (Mészáros, 1995, especialmente parte²).

Se se constitui num grande equívoco imaginar-se o *fim do trabalho* na sociedade produtora de mercadorias e, com isso, imaginar que estariam criadas as condições para o *reino da liberdade* é, entretanto, imprescindível entender quais mutações e metamorfoses vêm ocorrendo no mundo contemporâneo, bem como quais são seus principais significados e suas mais importantes consequências. No que diz respeito ao *mundo do trabalho*, pode-se presenciar um conjunto de tendências que, em seus traços básicos, configuram um quadro crítico e que têm direções assemelhadas em diversas partes do mundo, onde vigora a lógica do capital. E a crítica às formas concretas da des-sociabilização humana é condição para que se possa empreender também a crítica e a desfeticização das *formas de representação* hoje dominantes, do *ideário* que domina nossa sociedade contemporânea.

Nas páginas seguintes pretendemos oferecer um esboço analítico (resumido) de alguns pontos centrais da *crise* contemporânea, com particular destaque para o universo do *mundo do trabalho*.

II

O capitalismo contemporâneo, com a configuração que vem assumindo nas últimas décadas, acentuou sua lógica destrutiva. Num contexto de *crise estrutural do capital*, desenham-se algumas tendências, que podem assim ser resumidas:

- 1) o padrão produtivo taylorista e fordista³ vem sendo crescentemente substituído ou alterado pelas formas produtivas flexibilizadas e desregulamentadas, das quais a chamada acumulação flexível e o modelo japonês ou toyotismo³ são exemplos;
- 2) o modelo de regulação social-democrático, que deu sustentação ao chamado estado de bem estar social, em vários países centrais, vêm também sendo solapado pela (des)regulação neoliberal, privatizante e anti-social.

Pelo próprio sentido que conduz estas tendências (que, em verdade, constituem-se em respostas do capital à sua própria crise), acentuam-se os elementos destrutivos que presidem a lógica do capital. Quanto mais aumentam a competitividade e a concorrência inter-capitais, inter-empresas e inter-potências políticas do capital, mais nefastas são suas consequências.

Duas manifestações são mais virulentas e graves: a destruição e/ou precarização, sem paralelos em toda era moderna, da força humana que trabalha e a degradação crescente, na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica voltada prioritariamente para a produção de mercadorias que destroem o meio ambiente.

Trata-se, portanto, de uma aguda destrutividade, que no fundo é a expressão mais profunda da crise estrutural que assola a (des)sociabilização contemporânea: destrói-se força humana que trabalha; destroçam-se os direitos sociais; brutalizam-se enormes contingentes de homens e mulheres que vivem do trabalho; torna-se predatória a relação produção/natureza, criando-se uma monumental “sociedade do descartável”, que joga fora tudo que serviu como “embalagem” para as mercadorias e o seu sistema, mantendo-se, entretanto, o circuito reprodutivo do capital.

Neste cenário, caracterizado por um tripé que domina o mundo (com os Estados Unidos da América e o seu Nafta, a Alemanha à frente da Europa unificada e o Japão liderando os demais países asiáticos), quanto mais um dos pólos da tríade se fortalece, mais os outros se ressentem e se debilitam. Por isso a crise frequentemente muda de centro, ainda que ela esteja presente em vários pontos, assumindo mesmo uma dimensão mundial.

No embate cotidiano que empreendem para se expandir pelas partes do mundo que interessam e também para co-administrar as suas situações mais explosivas, em suma, para disputar e ao mesmo tempo gerenciar as crises, acabam por acarretar ainda mais destruição e precarização. A América Latina se “integra” à chamada mundialização destruindo-se socialmente. Na Ásia, a enorme expansão se dá às custas de uma brutal superexploração do trabalho, de que as recentes greves dos trabalhadores da Coreia do Sul, em 1997/8, são firme denúncia. Superexploração que atinge profundamente mulheres e crianças.

É preciso que se diga de forma clara: desregulamentação, flexibilização, terceirização, bem como todo esse receituário que se esparrama pelo “mundo empresarial”, são expressões de uma lógica societal onde o capital vale e a força humana de trabalho só conta enquanto parcela imprescindível para a reprodução deste mesmo capital. Isso porque o capital é incapaz de realizar sua autovalorização sem utilizar-se do trabalho humano. Pode *diminuir* o trabalho vivo, mas não *eliminar-lo*. Pode precarizá-lo e desempregar parcelas imensas, mas não pode extinguí-lo.

O claro entendimento desta configuração atual do mundo do trabalho nos leva a entender suas principais mutações, o que procuraremos fazer de modo um pouco mais detalhado a seguir.

Nas últimas décadas, particularmente depois de meados de 70, o mundo do trabalho vivenciou uma situação fortemente crítica, talvez a maior desde o

nascimento da classe trabalhadora e do próprio movimento operário inglês. O entendimento dos elementos constitutivos desta crise é de grande complexidade, uma vez que, neste mesmo período, ocorreram mutações intensas, de ordens diferenciadas e que, *no seu conjunto*, acabaram por acarretar consequências muito fortes no interior do movimento operário, e em particular, no âmbito do movimento sindical. O entendimento deste quadro, portanto, supõe uma *análise da totalidade dos elementos* constitutivos deste cenário, empreendimento ao mesmo tempo difícil e imprescindível, que não pode ser tratado de maneira ligeira.

Vamos *indicar* alguns elementos que são centrais, em nosso entendimento, para uma apreensão mais totalizante da crise que se abateu no interior do movimento operário e sindical. Seu desenvolvimento seria aqui impossível, dada a amplitude e complexidade de questões. A sua indicação, entretanto, é fundamental por que afetou tanto a *materialidade* da classe trabalhadora, a sua forma de ser, quando a sua esfera mais propriamente *subjéctiva, política, ideológica*, dos valores e do ideário que pautam suas ações e práticas concretas

Começamos dizendo que neste período vivenciamos um quadro de *crise estrutural do capital*, que se abateu no conjunto das economias capitalistas a partir especialmente do início dos anos 70. Sua intensidade é tão profunda que levou o capital a desenvolver práticas materiais da *destrutiva auto-reprodução ampliada* possibilitando a visualização do espectro da destruição global, ao invés de aceitar as necessárias restrições positivas no interior da produção para satisfação das necessidades humanas (Mészáros, 1995)⁴.

Esta crise fez com que, entre tantas outras consequências, o capital implementasse um vastíssimo processo de reestruturação do capital, com vistas à recuperação do ciclo de reprodução do capital e que, como veremos mais adiante, afetou fortemente o mundo do trabalho.

Um segundo elemento fundamental para o entendimento das causas do refluxo do movimento operário decorre do explosivo desmoronamento do Leste Europeu (e da quase totalidade dos países que tentaram uma transição socialista, com a ex-União Soviética à frente), propagando-se, no interior do mundo do trabalho, a falsa idéia do “fim do socialismo”.

Embora a longo prazo as consequências do fim do Leste europeu sejam eivadas de positivities (pois coloca-se a possibilidade da retomada, em bases inteiramente novas, de um projeto socialista de novo tipo, que recuse entre outros pontos nefastos, a tese staliniana do “socialismo num só país” e recupere elementos centrais da formulação de Marx), no plano mais imediato houve, em significativos contingentes da classe trabalhadora e do movimento operário, a aceitação e mesmo assimilação da nefasta e equivocada tese do “fim do socialismo” e, como dizem os defensores da ordem, do fim do marxismo.

Como consequência do fim do chamado “bloco socialista”, os países capitalistas centrais vêm rebaixando brutalmente os direitos e as conquistas sociais dos trabalhadores, dada a “inexistência”, segundo o capital, do perigo socialista hoje. Portanto, o desmoronamento da União Soviética e do Leste europeu, ao final dos anos 80, teve enorme impacto no movimento operário. Bastaria somente lembrar a crise que se abateu nos partidos comunistas tradicionais, e no sindicalismo a eles vinculado.

Um terceiro elemento fundamental para a compreensão da crise do mundo do trabalho refere-se ao desmoronamento da esquerda tradicional da era stalinista. Ocorreu um agudo processo *político e ideológico* de *socialdemocratização da esquerda* e a sua seqüente atuação subordinada à ordem do capital. Esta opção *socialdemocrática* atingiu fortemente a esquerda sindical e partidária, repercutindo, seqüentemente, no interior da classe trabalhadora. Ela atingiu também fortemente o sindicalismo de esquerda, que passou a recorrer, cada vez mais frequentemente, à institucionalidade e a burocratização, que também caracterizam a socialdemocracia sindical.

É preciso acrescentar ainda - e este é o quarto elemento central da crise atual - que, com a enorme expansão do neoliberalismo a partir de fins de 70 e a consequente crise do *welfare state*, deu-se um processo de *regressão* da própria socialdemocracia, que passou a atuar de maneira muito próxima da agenda neoliberal. O Neoliberalismo *passou a ditar o ideário e o programa a serem implementados pelos países capitalistas, inicialmente no centro e logo depois nos países subordinados*, contemplando reestruturação produtiva, privatização acelerada, enxugamento do estado, políticas fiscais e monetárias, sintonizadas com os organismos mundiais de hegemonia do capital como Fundo Monetário Internacional.

A desmontagem dos direitos sociais dos trabalhadores, o combate cerrado aos sindicalismo classista, a propagação de um subjetivismo e de um individualismo exacerbados da qual a cultura “pós-moderna”, bem como uma clara animosidade contra qualquer proposta socialista contrária aos valores e interesses do capital, são traços marcantes deste período recente (Harvey, 1992; McIlroy, 1997; Beynon, 1995).

Vê-se que se trata de uma *processualidade complexa* que podemos assim resumir:

- 1) há uma crise estrutural do capital ou um efeito depressivo profundo que acentuam seus traços destrutivos;
- 2) deu-se o fim do Leste Europeu, onde parcelas importantes da esquerda se socialdemocratizaram;
- 3) esse processo efetivou-se num momento em que a própria socialdemocracia sofria um forte crise;

4) expandia-se fortemente o *projeto econômico, social e político neoliberal*. Tudo isso acabou por afetar fortemente o mundo do trabalho, em várias dimensões.

Vamos indicar a seguir as tendências mais significativas que vêm ocorrendo no interior do mundo do trabalho.

III

Como resposta do capital à *sua crise estrutural*, várias mutações vêm ocorrendo e que são fundamentais nesta viragem do século XX para o século XXI. Uma delas, e que tem importância central, diz respeito às metamorfoses no processo de produção do capital e suas repercussões no processo de trabalho.

Particularmente nos últimos anos, *como respostas do capital à crise dos anos 70*, intensificaram-se as transformações no próprio processo produtivo, através do avanço tecnológico, da constituição das formas de acumulação flexível e dos modelos alternativos ao binômio taylorismo/fordismo, onde se destaca, para o capital, especialmente, o toyotismo. Estas transformações, decorrentes, por um lado, da própria concorrência inter-capitalista e, por outro, dada pela necessidade de controlar o movimento operário e a luta de classes, acabaram por afetar fortemente a classe trabalhadora e o seu movimento sindical e operário (Murray, 1983; Bühr, 1998).

Fundamentalmente, essa forma de produção flexibilizada busca a adesão de fundo, por parte dos trabalhadores, que devem aceitar integralmente o projeto do capital. Procura-se uma forma daquilo que chamei, em *Adeus ao Trabalho?*, de *envolvimento manipulatório* levado ao limite, onde o capital busca o consentimento e a adesão dos trabalhadores, no interior das empresas, para viabilizar um projeto que é aquele desenhado e concebido segundo os fundamentos exclusivos do capital.

Em seus traços mais gerais, o toyotismo (*via particular de consolidação do capitalismo monopolista do Japão do pós-45*) pode ser entendido como uma forma de organização do trabalho que nasce a partir da fábrica Toyota, no Japão e que vem se expandindo pelo Ocidente capitalista, tanto nos países avançados quanto naqueles que se encontram subordinados. Suas características básicas (em contraposição ao taylorismo/fordismo) são:

- 1) sua produção muito vinculada à demanda;
- 2) ela é variada e bastante heterogênea;
- 3) fundamenta-se no trabalho operário em equipe, com multivariabilidade de funções;

4) tem como princípio o *just in time*, o melhor aproveitamento possível do tempo de produção e funciona segundo o sistema de *kanban*, placas ou senhas de comando para reposição de peças e de estoque que, no Toyotismo, devem ser mínimos. Enquanto na fábrica fordista cerca de 75% era produzido no seu interior, na fábrica toyotista somente cerca de 25% é produzido no seu interior. Ela *horizontaliza* o processo produtivo e transfere à “terceiros” grande parte do que anteriormente era produzido dentro dela⁵.

A falácia de “qualidade total” passa a ter papel de relevo no processo produtivo. Os Círculos de Controle de Qualidade (CCQ) proliferaram, constituindo-se como grupos de trabalhadores que são incentivados pelo capital para discutir o trabalho e desempenho, com vistas a melhorar a produtividade da empresa. Em verdade, é a nova forma de apropriação do *saber fazer intelectual* do trabalho pelo capital.

O *despotismo* torna-se então mesclado com a *manipulação* do trabalho, com o “envolvimento” dos trabalhadores, *através de um processo ainda mais profundo de interiorização do trabalho alienado (estranhado)*. O operário deve pensar e fazer *pele e para* o capital, o que aprofunda (ao invés de abrandar) a subordinação do trabalho ao capital. No Ocidente, os CCQs têm variado quanto à sua implementação, dependendo das especificidades e singularidades dos países em que eles são implementados.

Esta forma flexibilizada de acumulação capitalista, baseada na *reengenharia*, na *empresa enxuta*, para lembrar algumas expressões do novo dicionário do capital, teve consequências enormes no mundo do trabalho. Podemos aqui tão somente indicar as mais importantes:

1) há uma crescente redução do proletariado fabril estável, que se desenvolveu na vigência do binômio taylorismo/fordismo e que vem diminuindo com a reestruturação, flexibilização e desconcentração do espaço físico produtivo, típico da fase do toyotismo;

2) há um enorme incremento do *novo proletariado*, do subproletariado fabril e de serviços, o que tem sido denominado mundialmente de trabalho precarizado. São os “terceirizados”, subcontratados, “part-time”, entre tantas outras formas assemelhadas, que se expandem em inúmeras partes do mundo. Inicialmente, estes postos de trabalho foram preenchidos pelos imigrantes, como os *gastarbeiters* na Alemanha, o *lavoro nero* na Itália, os *chicanos* nos EUA, os *dekaseguis* no Japão etc. Mas hoje, sua expansão atinge também os trabalhadores especializados e remanescentes da era taylorista-fordista;

3) vivencia-se um aumento significativo do trabalho feminino, que atinge mais de 40% da força de trabalho nos países avançados, e que tem sido preferencialmente absorvido pelo capital no universo do trabalho precarizado e desregulamentado;

4) há um incremento dos assalariados médios e de serviços, o que possibilitou um significativo incremento no sindicalismo destes setores, ainda que o setor de serviços já presencie também níveis de desemprego acentuado;

5) há exclusão dos jovens e dos idosos do mercado de trabalho dos países centrais: os primeiros acabam muitas vezes engrossando as fileiras de movimentos neonazistas e aqueles com cerca de 40 anos ou mais, quando desempregados e excluídos do trabalho, dificilmente conseguem o reingresso no mercado de trabalho;

6) há uma inclusão precoce e criminosa de crianças no mercado de trabalho, particularmente nos países de industrialização intermediária e subordinada, como nos países asiáticos, latino-americanos etc.

7) há uma expansão do que Marx chamou de *trabalho social combinado* (Marx, 1978), onde trabalhadores de diversas partes do mundo participam do processo de produção e de serviços. O que, é evidente, não caminha no sentido da eliminação da classe trabalhadora, mas da sua precarização e utilização de maneira ainda mais intensificada. Em outras palavras: aumentam os níveis de exploração do trabalho.

Portanto, a classe trabalhadora *fragmentou-se, heterogeneizou-se e complexificou-se* ainda mais (Antunes, 1998). Tornou-se mais qualificada em vários setores, como na siderurgia, onde houve uma relativa *intelectualização* do trabalho, mas *desqualificou-se e precarizou-se* em diversos ramos, como na indústria automobilística, onde o ferramenteiro não tem mais a mesma importância, sem falar na redução dos inspetores de qualidade, dos gráficos, dos mineiros, dos portuários, dos trabalhadores da construção naval etc.

Criou-se, de um lado, em escala minoritária, o trabalhador “*polivalente e multifuncional*” da era informacional, capaz de operar com máquinas com controle numérico e de, por vezes, exercitar com mais intensidade sua dimensão mais intelectual. E, de outro lado, há uma massa de trabalhadores precarizados, sem qualificação, que hoje está presenciando as formas de *part-time*, emprego temporário, parcial, ou então vivenciando o desemprego estrutural.

Estas mutações criaram, portanto, uma classe trabalhadora mais heterogênea, mais fragmentada e mais complexificada, dividida entre trabalhadores qualificados e desqualificados, do mercado formal e informal, jovens e velhos, homens e mulheres, estáveis e precários, imigrantes e nacionais, brancos e negros etc, sem falar nas divisões que decorrem da inserção diferenciada dos países e de seus trabalhadores na nova divisão internacional do trabalho.

Ao contrário, entretanto, daqueles que defendem o “fim do papel central da classe trabalhadora” no mundo atual, o desafio maior da *classe-que-vive-do-*

trabalho, nesta viragem do século XX para o XXI, é soldar os laços de *pertencimento de classe* existentes entre os diversos segmentos que compreendem o mundo do trabalho. E, desse modo, procurando articular desde aqueles segmentos que exercem um papel central no processo de criação de valores de troca, até aqueles segmentos que estão mais à margem do processo produtivo, mas que, pelas condições precárias em que se encontram, constituem-se em contingentes sociais potencialmente rebeldes frente ao capital e suas formas de (des)sociabilização (Bihl: 1998).

A lógica societal, em seus traços dominantes, é dotada, portanto, de uma aguda destrutividade, que no fundo é a expressão mais profunda da crise que assola a (des)sociabilização contemporânea, condição para a manutenção do *sistema de metabolismo social do capital*, conforme expressão de Mészáros (1995) e seu circuito reprodutivo.

Neste sentido, desregulamentação, flexibilização, terceirização, *downsizing*, “empresa enxuta”, bem como todo esse receituário que se esparrama pelo “mundo empresarial”, são expressões de uma lógica societal onde tem-se a prevalência do capital sobre a força humana de trabalho, que é considerada somente na exata medida em que é imprescindível para a reprodução deste mesmo capital. Isso porque o capital pode *diminuir* o trabalho vivo, mas não *eliminá-lo*. Pode intensificar sua utilização, pode precarizá-lo e mesmo desempregar parcelas imensas, mas não pode extinguí-lo.

Estas conseqüências no interior do mundo do trabalho evidenciam que, sob o capitalismo, não se constata o fim do *trabalho* como medida de *valor*, mas uma mudança *qualitativa*, dada, *por um lado*, pelo peso crescente da sua dimensão mais qualificada, do trabalho multifuncional, do operário apto a operar com máquinas informatizadas, da *objetivação de atividades cerebrais* (Lojkin, 1995). Por outro lado, pela *intensificação* levada ao limite das formas de exploração do trabalho, presentes e em expansão no *novo proletariado*, no *subproletariado industrial e de serviços*, no enorme leque de trabalhadores que são explorados crescentemente pelo capital, não só nos países subordinados, mas no próprio coração do sistema capitalista.

Tem-se, portanto, cada vez mais uma crescente *capacidade de trabalho socialmente combinada*, que se converte no *agente real* do processo de trabalho total, o que torna, segundo Marx, absolutamente *indiferente* o fato de que a função de um ou outro trabalhador seja mais próxima ou mais distante do trabalho manual direto (Marx, 1978). E, ao invés do fim do *valor-trabalho*, pode-se constatar uma inter-relação acentuada das formas de extração de mais valia *relativa e absoluta*, que se realiza em escala ampliada e mundializada.

Estes elementos - aqui somente indicados em suas tendências mais genéricas - não possibilitam conferir estatuto de validade às teses sobre o *fim do trabalho* sob o

modo de produção capitalista. O que se evidencia ainda mais quando se constata que a maior parte da força de trabalho encontra-se dentro dos países do chamado Terceiro Mundo, onde as tendências anteriormente apontadas tem inclusive um ritmo bastante *particularizado e diferenciado*. Restringir-se à Alemanha ou à França e, a partir daí, fazer *generalizações e universalizações* sobre o *fim do trabalho* ou da *classe trabalhadora*, desconsiderando o que se passa em países como Índia, China, Brasil, México, Coréia do Sul, Rússia, Argentina etc, para não falar do Japão, configura-se como um equívoco de grande significado. Vale acrescentar que a tese do fim da classe trabalhadora, mesmo quando restrita aos países centrais é, em nossa opinião, desprovida de fundamentação, tanto empírica quanto analítica. Uma noção *ampliada* de trabalho, que leve em conta seu caráter multifacetado, é forte exemplo desta evidência.

Isso sem mencionar que a eliminação do trabalho e a generalização desta tendência sob o capitalismo contemporâneo - nele incluído o enorme contingente de trabalhadores do Terceiro Mundo - suporia a destruição da própria *economia de mercado*, pela incapacidade de integralização do processo de acumulação de capital, uma vez que os robôs não poderiam participar do mercado como consumidores.

A simples sobrevivência da economia capitalista estaria comprometida, sem falar em tantas outras consequências sociais e políticas explosivas que adviriam desta situação. Tudo isso evidencia que é um equívoco pensar na *desaparição* ou *fim do trabalho enquanto perdurar a sociedade capitalista produtora de mercadorias e* — o que é fundamental — também não é possível perspectivar nenhuma possibilidade de eliminação da *classe-que-vive-do-trabalho, enquanto forem vigentes os pilares constitutivos do modo de produção do capital*⁶.

Tal investigação assume especial importância especialmente pela forma pela qual estas transformações vêm afetando o *movimento social e político dos trabalhadores* (nele incluído o movimento sindical), particularmente em países que se diferenciam dos países capitalistas centrais, como é o caso do Brasil, onde há traços particulares bastante diferenciados da crise vivenciada nos países centrais. Se estas transformações são eivadas de significados e consequências para a classe trabalhadora e seus *movimentos sociais, sindicais e políticos*, nos países capitalistas avançados, também o são em países *intermediários e subordinados*, porém dotados de relevante *porte industrial*, como o Brasil.

O ententimento *abrangente e totalizante* da crise que atinge o mundo do trabalho passa, portanto, por este conjunto de problemas que incidiram diretamente no movimento operário, na medida que são complexos que afetaram tanto a *economia política* do capital, quando as suas esferas *política e ideológica*.

Claro que esta crise é *particularizada e singularizada* pela forma pela qual estas *mudanças econômicas, sociais, políticas e ideológicas* afetaram mais ou menos direta e intensamente os diversos países que fazem parte dessa mundialização do capital que é, como se sabe, *desigualmente combinada*. Para uma análise detalhada do que se passa no mundo do trabalho, o desafio é buscar essa totalização analítica que articulará elementos mais gerais deste quadro, com aspectos da singularidade de cada um destes países. Mas é decisivo perceber que há um conjunto abrangente de metamorfoses e mutações que vem afetado a classe trabalhadora, nesta fase de transformações no mundo produtivo dentro de um universo onde predominam elementos do neoliberalismo.

Bibliografia

- Amin, Ash (ed.) (1996) *Post-Fordism a Reader* (Oxford: Blackwell).
- Antunes, Ricardo (1998) *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho* (São Paulo: Cortez).
- Beynon, Huw (1995) “The Changing Practices of Work”, em *International Centre for Labour Studies* (Manchester).
- Bihr, Alain (1998) *Da Grande Noite À Alternativa (O Movimento Operário Europeu em Crise)* (São Paulo: Boitempo).
- Chesnais, François (1996) *A Mundialização do Capital* (São Paulo: Xãma).
- Gounet, Thomas (1991) “Luttes Concurrentielles et Stratégies D’accumulation dans L’industrie Automobile”, em *Etudes Marxistes* (Bruxelas) Nº 10.
- Gounet, Thomas (1992) “Penser à L’envers. Le Capitalisme, Dossier Toyotisme”, em *Etudes Marxistes* (Bruxelas) Nº 14.
- Harvey, David (1992) *A Condição Pós-Moderna* (São Paulo: Loyola).
- Kurz, Robert (1992) *O Colapso da Modernização (Da Derrocada do Socialismo de Caserna à Crise da Economia Mundial)* (São Paulo: Paz e Terra).
- Lojkine, Jean (1995) *A Revolução Informacional* (São Paulo: Cortez).
- Marx, Karl (1978) *Capítulo VI (Inédito)* (São Paulo: Ciências Humanas).
- Mészáros, István (1995) *Beyond Capital - Towards a Theory of Transition* (Londres: Merlin Press).
- Mcilroy, John (1997) “Trade Unions in Retreat – Britain Since 1979”, em *International Centre for labour Studies* (Manchester).
- Murray, Fergus (1983) “The Decentralisation of Production- The Decline of the Mass-Collective Worker?”, em *Capital & Class* (Londres) Nº 19.

Notas

1 Dados extraídos de “Time for a Global New Deal”, em *Foreign Affairs* (Londres) jan/fev/1994, Vol. 73, n. 1, pág. 8.

2 Entendemos o *taylorismo* e o *fordismo* como o padrão produtivo capitalista desenvolvido ao longo do século XX e que se fundamentou basicamente na produção em massa, em unidades produtivas concentradas e verticalizadas, com um controle rígido dos tempos e dos movimentos, desenvolvidos por um proletariado coletivo e de massa, sob forte despotismo e controle fabril.

3 O *toyotismo* expressa a forma particular de expansão do capitalismo monopolista do Japão no Pós-45, cujos traços principais serão desenvolvidos adiante.

4 Ver também Chesnais (1996) e Kurz (1992).

5 Ver especialmente Gounet (1991; 1992) e a coletânea organizada por Amin (1996).

6 Utilizamos a expressão *classe-que-vive-do-trabalho* como *sinônimo* de *classe trabalhadora*. Ao contrário de autores que defendem o fim do trabalho e o fim da classe trabalhadora, esta expressão pretende *ênfatizar o sentido contemporâneo da classe trabalhadora (e do trabalho)*. Ela compreende: 1) todos aqueles que vendem sua força de trabalho, incluindo tanto o trabalho *produtivo* quanto o *improdutivo* (no sentido dado por Marx); 2) inclui os assalariados do setor de serviços e também o proletariado rural; 3) inclui proletariado precarizado, sem direitos e também os trabalhadores desempregados, que compreendem o exército industrial de reserva; 4) e *exclui*, naturalmente, os gestores e altos funcionários do capital, que recebem rendimentos elevados ou vivem de juros. Essa expressão incorpora integralmente a idéia marxiana do *trabalho social combinado*, tal como aparece no *Capítulo VI (Inédito)*, à qual nos referimos anteriormente (Marx, 1978)